

Análise de desempenho econômico e financeiro no setor público: um estudo aplicado nas contas públicas do município de Nova Prata/RS

Aluna: Samantha Koakoski

Orientador TCC II: Prof. Me. Matheus Tumelero Dornelles

Orientador TCC I: Prof. Me. Matheus Tumelero Dornelles

Semestre: 2024-4

Resumo

Este estudo analisou o desempenho econômico e financeiro do município de Nova Prata/RS, focando na eficácia da gestão pública e na sustentabilidade fiscal. O problema de pesquisa foi devidamente respondido, demonstrando que o município apresentou um desempenho eficiente com um sólido equilíbrio fiscal e uma administração eficaz. A conclusão geral do estudo confirma que a gestão municipal foi bem-sucedida em manter um equilíbrio financeiro e atender às necessidades da população, conforme pode-se observar na análise dos indicadores de liquidez corrente, liquidez seca, relação entre as despesas e receitas, resultado final, endividamento e a sua capacidade de investimentos. Reitera-se que a análise se limitou ao período de 2020 a 2023, ou seja, os resultados obtidos não podem ser generalizados. Sugere-se, para fins de futuros estudos, a comparabilidade dos resultados obtidos com outros municípios de porte similar. Ainda, que se mantenha a análise longitudinal de Nova Prata para avaliar se as mudanças nas políticas e estratégias de gestão podem impactar no desempenho econômico e financeiro.

Palavras-chave: Setor Público. Município. Desempenho Econômico e Financeiro.

1 Introdução

Entidade pública é uma organização ou instituição que opera sob jurisdição governamental, com a finalidade de fornecer serviços ou cumprir funções de interesse público. Essas entidades são financiadas predominantemente por recursos públicos, sendo responsáveis perante o Estado e, em última instância, perante os cidadãos. Elas desempenham um papel vital na governança e no bem-estar da sociedade, abrangendo uma ampla gama de setores, desde educação e saúde, até infraestrutura e segurança. A transparência, responsabilidade e eficiência são fundamentais para garantir que as entidades públicas cumpram sua missão de forma eficaz e atendam às necessidades da comunidade que servem. (ARAÚJO; ARRUDA, 2020) (PALUDO; OLIVEIRA, 2024)

A área de conhecimento da Ciência Contábil que estuda esse segmento é a Contabilidade Pública que

[...] é o ramo da Ciência Contábil voltado para o registro, o controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, dos estados e dos municípios e suas respectivas autarquias e fundações, ou seja, as entidades de direito público interno. (ARAÚJO; ARRUDA, 2020, p. 13)

Conforme a Lei nº 4.320 de 1964 – Lei da Contabilidade Pública, em seu artigo nº 83, estabelece que “A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados”.

Os fatos e atos praticados pelos mesmos, que subsidiam a contabilidade, estão embasados na gestão destas entidades. A gestão pública é o conjunto de atividades e processos voltados para a administração dos recursos e serviços públicos com o objetivo de

atender às necessidades da sociedade de forma eficiente e transparente. Envolve planejamento, organização, coordenação, execução e controle das políticas públicas, visando promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Além disso, busca garantir a eficácia e a eficiência na utilização dos recursos públicos, promovendo a equidade, a justiça social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Em suma, a gestão pública é essencial para o bom funcionamento do Estado e para o alcance dos objetivos coletivos da sociedade. (ARAÚJO; ARRUDA, 2020)

A gestão pública é um campo multidisciplinar fundamental para o funcionamento eficiente e eficaz das instituições governamentais. Ela envolve a aplicação de princípios de administração, planejamento estratégico e políticas públicas na condução dos assuntos do Estado, visando atender às necessidades da sociedade de forma transparente, ética e responsável. Como destacado por Bresser-Pereira (2004), a gestão pública contemporânea busca promover a *accountability*, a participação cidadã e a inovação na prestação de serviços públicos, buscando sempre o aprimoramento da qualidade e a maximização do valor entregue aos cidadãos. Nesse contexto, a capacidade de liderança, a habilidade de tomada de decisão e o uso eficiente dos recursos são elementos-chave para o sucesso da gestão pública em promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social.

O desempenho econômico público é um conceito fundamental que aborda a eficácia das políticas governamentais na gestão dos recursos e na promoção do desenvolvimento econômico de uma nação. Como delineado por Joseph Stiglitz, em seu livro "*Economics of the Public Sector*" o desempenho econômico público é caracterizado pela avaliação de uma série de indicadores-chave, como o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego, a inflação e o saldo fiscal, entre outros. Esses indicadores oferecem uma visão abrangente do estado da economia e do impacto das intervenções governamentais. Compreender e melhorar o desempenho econômico público é essencial para promover a estabilidade macroeconômica, impulsionar o crescimento sustentável e garantir o bem-estar econômico da sociedade. (STIGLITZ, 1986)

Já o desempenho financeiro público é uma avaliação crítica da saúde financeira e da eficiência na gestão dos recursos governamentais. Segundo Rosen (2005), essa métrica abrange a análise de uma série de indicadores, como receitas, despesas, dívida pública e o saldo fiscal. Esses indicadores oferecem *insights* sobre a capacidade do Governo de arrecadar e gastar recursos de forma responsável, garantindo, assim, o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade financeira a longo prazo. Compreender o desempenho financeiro público é fundamental para promover a transparência, a prestação de contas e a eficácia na alocação de recursos, visando atender às necessidades da sociedade de forma eficiente.

Para o presente estudo, o problema de pesquisa é: Qual o desempenho econômico e financeiro do município de Nova Prata/RS nos anos de 2020 a 2023?

Diante do problema de pesquisa apresentado, o objetivo da pesquisa é de analisar o desempenho econômico e financeiro do município de Nova Prata/RS nos anos de 2020 a 2023.

Tal tema possui vasta literatura e análises específicas, onde, pode-se exemplificar por Teixeira (2019, p.6) que, em seu estudo, visou efetuar um diagnóstico das finanças públicas municipais do Município de Sapucaia do Sul/RS, através de análises das demonstrações contábeis, no período de 2015 a 2018. A mesma concluiu que

dentre os principais achados destacam-se o cumprimento da maioria dos limites estabelecidos na LRF, exceto em 2018 na função educação. Também foi questionado se as demonstrações contábeis estão sendo analisadas para servirem de auxílio como ferramenta gerencial ou se apenas estão sendo elaboradas para fins de prestações de contas dos órgãos fiscalizadores.

Já Coelho e Quintana (2008, p. 1) em seu estudo buscaram analisar a situação econômica e financeira do Município de Rio Grande/RS, no período de 2002 a 2005. Os

mesmos concluíram que

a situação econômica e financeira da Prefeitura nos anos de 2002 a 2005 é positiva, porém deve ser observado e controlado a aquisição de bens, créditos e valores permanentes, para não ocasionar descontrole da dívida fundada, evitando assim déficits patrimoniais futuros.

Com base nos estudos precedentes apresentados, pode-se observar a relevância do assunto, tendo em vista que a devida aplicabilidade dos recursos impacta diretamente na situação econômica e financeira dos Municípios. Dando continuidade ao estudo, na seção seguinte, apresenta-se o referencial teórico.

2 Referencial Teórico

2.1 Contabilidade Pública

Órgão público é uma entidade ou instituição que faz parte da estrutura do Governo, seja em nível Municipal, Estadual, Regional ou Nacional. Esses órgãos têm a responsabilidade de executar funções específicas relacionadas à administração pública e ao interesse coletivo. (PALUDO, 2010)

Os mesmos são financiados através de impostos e outras fontes de receita pública e são responsáveis por fornecer serviços e programas que atendam às necessidades da população. Eles também são encarregados de aplicar políticas públicas, regulamentos e Leis. (ARAÚJO; ARRUDA, 2020)

Alguns exemplos comuns de órgãos públicos incluem ministérios, secretarias, autarquias, empresas Estatais, agências reguladoras, câmaras Municipais, assembleias legislativas, entre outros. Essas entidades desempenham papéis essenciais na organização e na prestação de serviços para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade. (PALUDO; OLIVEIRA, 2024). Ainda, os mesmos podem se classificar como diretos ou indiretos.

Um órgão público direto é uma entidade administrativa que faz parte da administração pública direta de um determinado nível Federativo (Federal, estadual ou Municipal). Esses órgãos atuam de forma centralizada e estão diretamente subordinados ao poder executivo correspondente, sendo responsáveis por executar atividades administrativas e operacionais em áreas específicas da administração pública. (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETTO, 2009)

Os mesmos são criados por meio de Leis ou regulamentos específicos e, têm suas competências e atribuições estabelecidas por tais dispositivos legais. Eles desempenham funções essenciais na implementação das políticas governamentais e, na prestação de serviços públicos à população. (PALUDO, 2010)

Podem-se citar como exemplos de órgãos públicos diretos os Ministérios (a nível Federal), Secretarias de Estado (a nível Estadual) e Secretarias Municipais (a nível Municipal). Cada um desses órgãos é responsável por áreas específicas da administração pública, como saúde, educação, segurança pública, entre outras. (ARAÚJO; ARRUDA, 2020)

Um órgão público indireto é uma entidade administrativa que faz parte da administração pública indireta de um determinado nível federativo (Federal, Estadual ou Municipal). Ao contrário dos órgãos da administração direta, os órgãos públicos indiretos têm personalidade jurídica própria e possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial. (PALUDO; OLIVEIRA 2024)

Essas entidades são criadas pelo Estado para desempenhar funções específicas e, são dotadas de uma estrutura organizacional própria. Elas têm suas atribuições e competências estabelecidas por meio de legislação específica, como Leis ou Decretos, e podem atuar em áreas diversas, como prestação de serviços públicos, regulação de setores econômicos, pesquisa científica, entre outros. (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETTO, 2009)

Alguns exemplos de órgãos públicos indiretos seriam as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Cada uma dessas entidades possui características distintas e podem ser criadas para atender a diferentes necessidades e demandas da sociedade. (PALUDO, 2010)

No que tange aos registros contábeis dos fatos e atos desses entes, a Norma Brasileira de Contabilidade número 16 e, sua Resolução 1.128 de 2008, do Conselho Federal de Contabilidade, estabelecem que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público.

O objetivo é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

[...]

No qual sua função social deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social. (NBC, CFC Nº 1.128/08)

No que tange a aplicabilidade da normativa em pleito, todos os entes, já citados neste estudo, devem cumprir com a mesma. Quanto à abrangência da aplicabilidade, devem empregar:

(a) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais;

(b) parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social. (NBC, CFC Nº 1.128/08)

Quanto as normas vigentes, apresenta-se o Quadro 01 com uma síntese dos mesmos.

Quadro 01 – NBC e Resoluções do CFC

(continua)

NBC	Resolução CFC	Nome da Norma	IFAC
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12

(continuação)

NBC TSP 05	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	DOU 28/9/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	DOU 28/9/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	DOU 28/9/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26
NBC TSP 11	DOU 31/10/18	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
NBC TSP 12	DOU 31/10/18	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
NBC TSP 13	DOU 31/10/18	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
NBC TSP 14	DOU 31/10/18	Custos de Empréstimos	IPSAS 5
NBC TSP 15	DOU 31/10/18	Benefícios a Empregados	IPSAS 39
NBC TSP 16	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34
NBC TSP 17	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35
NBC TSP 18	DOU 31/10/18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36
NBC TSP 19	DOU 31/10/18	Acordos em Conjunto	IPSAS 37
NBC TSP 20	DOU 31/10/18	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38
NBC TSP 21	DOU 31/10/18	Combinações No Setor Público	IPSAS 40
NBC TSP 22	DOU 28/11/19	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IPSAS 20
NBC TSP 23	DOU 28/11/19	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IPSAS 3

(conclusão)

NBC TSP 24	DOU 28/11/19	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IPSAS 4
NBC TSP 25	DOU 28/11/19	Evento Subsequente	IPSAS 14
NBC TSP 26	DOU 26/11/19	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IPSAS 27
NBC TSP 27	DOU 04/11/20	Informações por Segmento.	IPSAS 18
NBC TSP 28	DOU 04/11/20	Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral.	IPSAS 22
NBC TSP 29	DOU 04/11/20	Benefícios Sociais.	IPSAS 42
NBC TSP 30	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Apresentação.	IPSAS 28
NBC TSP 31	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	IPSAS 41
NBC TSP 32	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de <i>Hedge</i> - Aplicação Residual).	IPSAS 29
NBC TSP 33	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Divulgações.	IPSAS 30
NBC TSP 34	DOU 10/12/21	Custos no Setor Público.	Não há
CTSP 01	DOU 25/05/23	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Não há
CTSP 02	DOU 19/06/24	Notas Explicativas	Não há

Fonte: CFC (2024)

Pode-se observar que, na primeira coluna apresenta-se a Norma Contábil correspondente; na segunda coluna consta a data de publicação no Diário Oficial da União; na terceira coluna a descrição da norma e; na quarta coluna a norma internacional correspondente.

No Brasil, os principais órgãos reguladores relacionados à contabilidade e ao setor público são o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O CFC é o órgão responsável por regular e fiscalizar o exercício da profissão contábil em todo o território Nacional. Ele estabelece as normas contábeis no Brasil, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis tanto ao setor privado, quanto ao setor público. O CFC é responsável por garantir a qualidade e a ética na prática contábil, além de promover o desenvolvimento da profissão contábil no País. Já a STN é um órgão vinculado ao Ministério da Economia e tem como atribuição formular e executar a política fiscal do Governo Federal. No contexto contábil, desempenha um papel importante

na definição e na implementação das normas contábeis aplicáveis ao setor público brasileiro. Ela emite diretrizes, manuais e normas contábeis específicas para os órgãos e entidades da administração pública Federal, Estadual e Municipal. (GOMES, 2016).

Dando continuidade ao estudo, na seção seguinte apresentam-se as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

2.1.1 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

A NBC TG 1000 de 01 de novembro de 2016 apresenta, em seu parágrafo segundo, que

Demonstrações contábeis são relatórios financeiros elaborados com o objetivo de fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um amplo espectro de usuários na tomada de decisões econômicas.

A Lei nº 4.320/1964, no capítulo IV, artigo 101, estabelece o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas como demonstrativos a serem elaborados ao final de cada exercício. As mesmas serão especificadas nos parágrafos seguintes.

O Balanço Patrimonial, conforme MCASP (2024, p. 511)

[...] é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- a) Ativo - são os recursos controlados pela entidade; os bens e direitos;
- b) Passivo - são obrigações presentes da entidade;
- c) Patrimônio Líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) Contas de Compensação - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. (Exemplo: Controle de consignações)

O balanço patrimonial é uma demonstração contábil imprescindível, que oferece uma visão clara da posição financeira de uma entidade. Ele revela tanto a situação econômica quanto a financeira, quantitativa e qualitativamente, por meio das contas que compõem o ativo, o passivo e o patrimônio líquido. No ativo, são listados os valores a receber, os bens e os direitos da entidade, enquanto no passivo são representadas as obrigações com terceiros. A estabilidade do balanço patrimonial é determinada pelo saldo do patrimônio líquido, que pode ser positivo ou negativo, refletindo a diferença entre os ativos e passivos. (ALVES, 2017)

O Balanço Orçamentário, fundamentado pela Lei nº 4.320 de 1964, no artigo 102, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Como, também, apresenta detalhadamente as receitas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Ainda, são detalhadas as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (COELHO; QUINTANA, 2008)

Conforme o Livro “Contabilidade Gerencial, 14ª edição” o balanço orçamentário é uma ferramenta primordial para a gestão financeira das organizações, por meio do acompanhamento sistemático das receitas e despesas planejadas em comparação com as despesas reais, os gestores obtêm informações valiosas para avaliar o desempenho financeiro e tomar decisões informadas. Além disso, o balanço orçamentário serve como base para o planejamento estratégico e a alocação eficiente de recursos, permitindo aos gestores identificar áreas de melhoria, oportunidades de crescimento e riscos financeiros. (GARRISON; NOREEN; BREWE, 2013)

Conforme artigo 103 da Lei nº 4.320 de 1964, o Balanço Financeiro apresenta as receitas e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, bem como os saldos em espécies provenientes do exercício atual e anterior. O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extra orçamentários e, dos dispêndios orçamentários e extra orçamentários.

Conforme o Livro “Contabilidade Financeira: Teoria e Prática”, o balanço financeiro desempenha um papel central na gestão empresarial do Brasil, fornecendo informações cruciais para a tomada de decisões estratégicas e garantindo a transparência e integridade das operações. Também, enfatiza que o mesmo oferece uma representação clara e precisa da situação financeira de um ente em um determinado momento, fornecendo dados essenciais não apenas para os gestores, mas também para outros usuários das demonstrações contábeis. (MARION, 2018)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações que ocorreram no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. (COELHO; QUINTANA, 2008)

A mesma oferece uma visão dinâmica e detalhada das variações que ocorrem no patrimônio público ao longo de um período específico. Permite acompanhar as mudanças nos ativos, passivos e patrimônio líquido das entidades públicas, fornecendo informações essenciais para avaliar a eficiência na gestão dos recursos públicos. (ALVES, 2017)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. (MCASP, 2024)

A mesma, conforme Rios e Marion (2020), proporciona uma visão dinâmica da geração e utilização de caixa, revelando sua origem dentro de cada categoria de classificação, como operacional, financiamento ou investimento. Essa análise permite uma compreensão clara do desempenho financeiro ao longo de um período específico. Essa ferramenta é fundamental para entender o verdadeiro resultado financeiro da empresa, uma vez que o lucro contábil nem sempre reflete o lucro financeiro ao final do período.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi agregada a contabilidade aplicada ao setor público na convergência das normas internacionais, na qual a NBC T 16 define que sua função é demonstrar a movimentação ocorrida em cada grupo do Patrimônio Líquido. Proporciona uma visão dinâmica das variações no patrimônio líquido de uma empresa ao longo do tempo, mostrando as origens dessas mudanças e auxiliando na interpretação das demonstrações financeiras. (IUDÍCIBUS, 2020)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Contêm informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações e, oferecem descrições narrativas, além de informações acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis. (MCASP, 2024).

As mesmas desempenham um papel crucial ao complementar as demonstrações contábeis, oferecendo um esclarecimento mais abrangente da situação patrimonial e financeira da entidade. Elas são responsáveis por fornecerem informações detalhadas sobre a estrutura das demonstrações, as políticas contábeis adotadas, fontes de incerteza em estimativas, aspectos relacionados ao capital e outros dados relevantes, como instrumentos financeiros com opção de venda. Essas divulgações adicionais são essenciais para garantir uma compreensão completa e precisa das informações contábeis apresentadas. (RIOS; MARION, 2020)

Conclusa a análise das Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público, na seção seguinte apresentam-se os indicadores de desempenho econômico e financeiro.

2.2 Indicadores de Desempenho Econômico e Financeiro

Na análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, o objetivo é gerar informações para ajudar o gestor na tomada de decisão. As mesmas devem ser confiáveis e objetivam facilitar a compreensão dos elementos contábeis pelos usuários. Os dados gerados pela análise, podem ser realizadas por meio de indicadores financeiros e econômicos, os quais são instrumentos que proporcionam aos gestores públicos e a sociedade os resultados obtidos em determinado período. (SENHORAS, 2021)

Conforme Coelho e Quintana (2008) os índices aplicáveis ao Balanço Orçamentário são:

a) Equilíbrio Orçamentário: este indicador analisa a relação entre a despesa fixada e a receita prevista. É calculado dividindo a despesa fixada pela receita prevista:

$$\text{Despesa fixada} / \text{Receita Prevista} \dots\dots\dots(1)$$

Um índice menor que 1 indica uma economia nos recursos durante a elaboração do orçamento.

b) Execução da Receita: reflete a proporção entre a receita executada e a prevista. É expresso pela fórmula:

$$\text{Receita Executada} / \text{Receita Prevista} \dots\dots\dots(2)$$

Índice superior a 1 indica que a receita obtida excedeu a prevista, refletindo uma arrecadação maior do que o previsto inicialmente.

c) Execução de Despesa: este parâmetro evidencia a relação entre a despesa executada e a fixada. É representado pela equação:

$$\text{Despesa Executada} / \text{Despesa Fixada} \dots\dots\dots(3)$$

Resultado acima de 1 ratifica que houveram despesas ocorridas sem a devida autorização legal.

No que tange ao Balanço Financeiro, Senhoras (2021) transcreve os seguintes índices:

a) Resultado Orçamentário: obtido à partir da receita realizada e a despesa executada.

$$\text{Receita Realizada} / \text{Despesa Executada} \dots\dots\dots(4)$$

Este índice demonstra a existência de superávit ou déficit orçamentário, pelo qual o índice igual a 1 indica que existe um equilíbrio orçamentário, fato este que seria ideal.

b) Execução Orçamentária: é determinado através da receita orçamentária e despesa orçamentária.

$$\text{Receita Orçamentária} / \text{Despesa Orçamentária} \dots\dots\dots(5)$$

Revela a proporção das despesas orçamentárias que são cobertas pelos recursos provenientes da receita orçamentária.

c) Financeiro Real da Execução Orçamentária: obtido pela divisão da receita orçamentária total com a despesa orçamentária paga.

$$\text{Receita Orçamentária} / \text{Despesa Orçamentária Paga} \dots\dots\dots(6)$$

Se o resultado for igual a 1, considera-se como normal. Se for maior que 1, conclui-se como bom. Logo, se for menor que 1, o ente deve reavaliar a execução orçamentária.

d) Execução Orçamentária Corrente: obtém-se pela receita corrente e a despesa corrente.

Receita Corrente / Despesa Corrente.....(7)

Demonstra a proporção das despesas correntes que foram financiadas com recursos provenientes das receitas correntes. Quando o índice é igual a 1 indica equilíbrio corrente.

e) Execução Orçamentária de Capital: deriva-se pela receita de capital e despesa de capital.

Receita de Capital / Despesa de Capital.....(8)

Índice igual a 1, indica que a receita de capital recebida durante o exercício equivale ao montante das despesas de Capital realizadas no mesmo, refletindo um equilíbrio orçamentário de capital. Índice sendo superior a 1, indica que a receita de capital recebida supera a despesa de capital realizada. Índice inferior que 1 revela um déficit de capital, indicando que o total das receitas de capital é menor do que o total das despesas de capital.

f) Execução Extra Orçamentária: demonstra a relação entre a receita extra orçamentária e a despesa extra orçamentária.

Receita Extra Orçamentária / Despesa Extra Orçamentária.....(9)

Índice maior que 1 indica dívida flutuante, evidenciando que as despesas excedem as receitas, resultando em um potencial desequilíbrio financeiro.

g) Resultado da Execução Financeira: é encontrado através da soma das receitas orçamentárias e extra orçamentárias e, a soma das despesas orçamentárias e extra orçamentárias.

Receita Orçamentária + Receita Extra Orçamentária / Despesa Orçamentária + Despesa Extra Orçamentária.....(10)

É por meio deste indicador que se analisa o resultado do balanço financeiro.

h) Resultado dos Saldos Financeiros: é determinado pela comparação entre o saldo do exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

Saldo que Passa para o Exercício Seguinte / Saldo do Exercício Anterior.....(11)

Índice igual a 1 indica um superávit financeiro, enquanto um índice inferior a 1 mostra a indicação de movimentação financeira de origem extra orçamentária.

Ainda, conforme Coelho e Quintana (2008) os índices do Balanço Patrimonial seriam:

a) Situação Financeira: encontrado através da divisão do ativo financeiro pelo passivo financeiro.

Ativo Financeiro / Passivo Financeiro.....(12)

Se o resultado for superior a 1 tem-se um superávit financeiro, no qual, o total de

recursos financeiros superam as obrigações financeiras. Se for inferior a 1 tem-se um déficit financeiro, na medida que a soma das disponibilidades, mais direitos realizáveis, é menor que o total obrigações financeiras.

b) Situação Permanente: obtém-se através da divisão do ativo permanente pelo passivo permanente.

Ativo Permanente/Passivo Permanente.....(13)

Índice maior que 1 indica que a soma dos bens, crédito e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo superam as dívidas de longo prazo. Se o resultado do índice for menor que 1 as dívidas superam a soma dos bens, crédito e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo.

c) Resultado Patrimonial: determinado através da soma do ativo real dividido pela soma do passivo real.

Soma do Ativo Real / Soma do Passivo Real.....(14)

Assim, se o resultado for igual a 1 tem-se o equilíbrio patrimonial.

A análise vertical é uma técnica utilizada na contabilidade e na análise financeira para avaliar a estrutura e a composição de itens em uma demonstração financeira em relação a um valor ou base. Essa técnica expressa cada item como uma porcentagem de um total, geralmente utilizando como referência o total da demonstração financeira ou um subgrupo específico. (REIS, 2009)

a) no que tange a Análise Vertical, Reis (2009) transcreve que, em relação ao total de ativo ou passivo, o percentual relativo a cada item do Balanço Patrimonial pode ser assim obtido:

Conta x 100 / Ativo ou Passivo.....(15)

b) E, em relação ao total do grupo ou do subgrupo o cálculo pode ser feito, também, relacionando cada conta com o total do seu grupo.

Conta x 100 / Total do grupo.....(16)

A análise horizontal é uma técnica utilizada para apontar a variação de itens das Demonstrações Contábeis através de períodos. Trata-se de discernir o ritmo de crescimento dos vários itens. Também, é conhecida como análise de tendência ou análise de evolução. Este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo. (DINIZ, 2015)

a) no que tange a Análise Horizontal, Diniz (2015) transcreve que o cálculo é processado conforme a seguinte fórmula:

(Valor Atual / Valor Base) – 1.....(17)

Os indicadores de liquidez e endividamento são ferramentas financeiras usadas para avaliar a saúde financeira de uma entidade. Conforme Silva (2019), os indicadores de liquidez e endividamento são:

a) Liquidez Imediata: para este cálculo são excluídos os estoques e demais valores a curto prazo, restando somente às disponibilidades para serem confrontadas com as obrigações de curto prazo, da seguinte forma:

Disponibilidade / Passivo Circulante.....(18)

Assim, o mesmo indicará quanto a entidade possui de recursos financeiros disponíveis de forma imediata para o pagamento das contas a curto prazo.

b) Liquidez Geral: é a medida da capacidade de pagamento de todo o passivo exigível, no qual, no entanto, analisa as condições totais dos valores a receber e a realizar em confronto com os valores a pagar, considerando tanto os valores de curto como os de longo prazo. O índice apurado significa quanto a empresa possui de bens e direitos para saldar todas as suas dívidas de curto e longo prazo. O cálculo obedece a seguinte fórmula:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo.....(19)

Assim, se o indicador for superior ao limite de 1, significa que a entidade está em condições de saldar todas as suas obrigações, conforme provisionados.

c) Liquidez Corrente: indica o quanto a empresa poderá dispor em recursos de curto prazo, para pagar suas dívidas. A relação mostra a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo através do confronto do ativo realizável a curto prazo e do exigível a curto prazo.

Ativo Circulante / Passivo Circulante.....(20)

O ponto de parâmetro é que o resultado obtido da aplicação desta fórmula deve ser sempre superior a 1. Quando o valor foi inferior a 1, significa que está faltando recursos para cumprir as obrigações de curto prazo.

d) Liquidez Seca: este indicador é calculado pela exclusão do valor dos estoques do total do ativo circulante. Esta supressão transforma a parcela restante do ativo apenas em valores recebíveis. A forma de cálculo é igual a anterior, apenas deduzindo o valor dos estoques do ativo:

Ativo Circulante – Estoques / Passivo Circulante.....(21)

Indica o quanto poderá dispor de recursos circulantes, sem vender seus estoques, para fazer frente a suas obrigações de curto prazo.

e) Grau de Endividamento: a entidade poderá operar com capitais de terceiros desde que o custo da captação dos mesmos seja inferior à rentabilidade proporcionada pelo negócio. O mesmo compreende o somatório do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, representando, portanto, o endividamento da empresa.

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo / Patrimônio Líquido.....(22)

f) Composição de Endividamento: através da mesma é possível mensurar o volume de dívidas com vencimento no curto prazo em relação à dívida total.

Passivo Circulante / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo.....(23)

g) Imobilização do Patrimônio Líquido: está relacionado em quanto mais uma entidade investe no seu Ativo Permanente, mais ela se torna dependente de capitais de terceiros para o seu capital de giro. Possibilitando a identificação de quanto do Patrimônio

Líquido da empresa está aplicado no Ativo Permanente.

Ativo Permanente / Patrimônio Líquido x 100.....(24)

h) Imobilização dos Recursos não Correntes: este índice permite identificar quanto dos Recursos não Correntes da empresa está aplicado no Ativo Permanente, evidenciando o quanto a empresa possui de Capital Circulante Próprio.

Ativo Permanente / Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo x 100.....(25)

Concluso o referencial teórico, na seção seguinte apresentam-se os aspectos metodológicos aplicáveis ao estudo.

3. Aspectos Metodológicos

3.1 Delineamento da pesquisa

3.1.1 Tipologia em relação aos procedimentos técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizado um estudo de caso de análise do desempenho econômico e financeiro do Município de Nova Prata visando aplicar de forma prática os conceitos teóricos levantados através da pesquisa bibliográfica.

O estudo de caso é uma abordagem de pesquisa que envolve uma análise detalhada e profunda de um único caso, com o objetivo de compreender um fenômeno específico dentro do seu contexto. O caso pode ser uma pessoa, um grupo, uma organização, um evento ou qualquer outra unidade de análise que seja relevante para a pesquisa. (MATIAS-PEREIRA, 2019)

3.1.2 Tipologia em relação aos objetivos

Já em relação aos objetivos, trata-se de pesquisa descritiva na qual tem como objetivo principal descrever características, comportamentos, fenômenos ou relações, tal como eles ocorrem na realidade, sem manipulá-los ou interferir em seu curso natural. Esse tipo de pesquisa busca fornecer uma representação precisa e detalhada do objeto de estudo, sem necessariamente buscar explicar as razões por trás dos fenômenos observados. (GIL, 2024).

3.1.3 Tipologia em relação à forma de abordagem do problema

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de pesquisa quantitativa, que se concentra na coleta e análise de dados numéricos, buscando quantificar relações entre variáveis e identificar padrões e tendências. É caracterizada pela objetividade e pela busca por resultados precisos e replicáveis, sendo frequentemente utilizada para investigar fenômenos que podem ser facilmente mensurados e quantificados. (GIL, 2024)

3.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

Inicialmente, foi desenvolvida uma revisão abrangente da literatura especializada em contabilidade aplicada ao Setor Público, buscando compreender os fundamentos teóricos e as práticas contábeis para a análise das contas públicas do município de Nova Prata. Além disso, foram identificados e estudados indicadores específicos de desempenho econômico e financeiro no contexto do setor público, com o objetivo de estabelecer uma base sólida para a análise dos dados. Esses procedimentos forneceram o embasamento teórico necessário para orientar a coleta e análise dos dados, garantindo a precisão e relevância dos resultados obtidos.

Os dados utilizados para a aplicabilidade dos indicadores deste estudo foram obtidos através de uma pesquisa detalhada em fontes oficiais e confiáveis. Primeiramente, foram consultados o site oficial do Município de Nova Prata (2024) e o site do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (2024), que disponibilizam informações públicas e atualizadas sobre a gestão financeira municipal. Além disso, dados complementares foram coletados diretamente na Prefeitura Municipal de Nova Prata, especificamente no setor de Contabilidade, garantindo a precisão e a confiabilidade das informações utilizadas na análise.

Assim, foi desenvolvido o estudo de caso da Prefeitura de Nova Prata dos anos de 2020 a 2023, compreendendo duas gestões. Nesse foram examinados os dados financeiros e econômicos disponibilizados pela mesma, os quais foram analisados à base dos indicadores previamente identificados na seção 2.2. Os mesmos foram fundamentais para avaliar o desempenho econômico e financeiro do município. Reitera-se que os indicadores foram selecionados de forma aleatória e não probabilística, tomando-se como base estudos precedentes e a literatura do tema.

4. Resultados da pesquisa

4.1 Delimitação da Amostra

Fundada oficialmente em 1924, Nova Prata, é conhecida por sua forte influência da colonização italiana, o que é evidente na cultura, arquitetura e gastronomia local. A cidade tem uma economia diversificada, com destaque para a agroindústria, o comércio e o setor de serviços. A cidade apresenta um crescimento demográfico moderado e uma boa qualidade de vida, sendo considerada tranquila e segura.

Figura 01 – Pórtico de entrada da Cidade de Nova Prata



Fonte: Município de Nova Prata (2024)

Na seção seguinte apresentam-se os dados coletados e tratados, com as respectivas análises dos resultados.

4.2 Análise dos indicadores de desempenho

Nesta seção são apresentados os valores dos indicadores de desempenho econômico e financeiro previstos no capítulo 2, os quais foram calculados em planilhas.

4.2.1 Índices do Balanço Orçamentário

No que se refere ao indicador de Equilíbrio Orçamentário, os resultados são apresentados na Tabela 01.

Tabela 01 – Equilíbrio Orçamentário

Receita Prevista / Despesa Fixada			Total
2020	R\$ 111.025.231,65	R\$ 98.481.000,00	1,13
2021	R\$ 113.300.125,83	R\$ 90.538.302,91	1,25
2022	R\$ 145.655.796,16	R\$ 108.531.144,87	1,34
2023	R\$ 155.427.231,02	R\$ 120.627.881,60	1,29

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando-se os dados, pode-se observar que há um crescimento das despesas fixadas em relação às receitas previstas, especialmente entre 2020 e 2022, com uma leve correção em 2023. Se essa tendência continuar, pode resultar em desequilíbrios fiscais que poderiam exigir medidas de ajuste, como cortes de despesas ou aumento de receitas.

Em sequência, analisou-se o indicador de Execução de Receita, conforme se observa na Tabela 02.

Tabela 02 – Execução da Receita

Receita Executada / Receita Prevista			Total
2020	R\$ 105.154.439,96	R\$ 98.481.000,00	1,07
2021	R\$ 115.233.571,95	R\$ 90.538.302,91	1,27
2022	R\$ 132.592.585,77	R\$ 108.531.144,87	1,22
2023	R\$ 147.736.367,74	R\$ 120.627.881,60	1,22

Fonte: Elaborado pela autora

Os valores indicam que a receita executada superou constantemente a receita prevista em todos os anos analisados, com uma tendência de aumento significativa em 2021. Esse desempenho pode indicar uma subestimação sistemática das receitas ou uma efetividade na arrecadação superior ao esperado.

Dando continuidade ao estudo, analisou-se o índice de Execução de Despesa que apresenta os seguintes valores, conforme Tabela 03.

Tabela 03 – Execução da Despesa

Despesa Executada / Despesa Fixada			Total
2020	R\$ 97.886.470,55	R\$ 111.025.231,65	0,88
2021	R\$ 102.689.204,88	R\$ 113.300.125,83	0,91
2022	R\$ 132.810.231,54	R\$ 145.655.796,16	0,91
2023	R\$ 146.569.260,25	R\$ 155.427.231,02	0,94

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando-se os dados, pode-se observar que ao longo dos o ente público demonstrou uma evolução na gestão orçamentária, com uma execução crescente e mais

próxima do valor fixado. Isso reflete um avanço na capacidade de planejar e executar despesas de maneira eficiente.

4.2.2 Índices do Balanço Financeiro

A próxima etapa apresenta os índices aplicáveis ao Balanço Financeiro. No que se refere ao indicador de Resultado Orçamentário, os resultados são apresentados na Tabela 04.

Tabela 04 – Resultado Orçamentário

	Receita Realizada / Despesa Executada		Total
2020	R\$ 105.154.439,96	R\$ 97.886.470,55	1,07
2021	R\$ 115.233.571,95	R\$ 102.689.204,88	1,12
2022	R\$ 132.592.585,77	R\$ 132.810.231,54	1,00
2023	R\$ 147.736.367,74	R\$ 146.569.260,25	1,01

Fonte: Elaborado pela autora

Prosseguindo com a análise, observa-se que nos anos de 2020 e 2021, demonstrou capacidade de gerar receitas que excedem as despesas executadas, resultando em superávits. Em 2022 o equilíbrio entre receita e despesa sugere que a entidade ajustou seus gastos para alinhar com as receitas, e em 2023 há um pequeno superávit no qual indica que a mesma ainda consegue gerar um pouco mais de receita do que a despesa executada, embora a margem seja pequena.

Em sequência, analisou-se o indicador de Execução Orçamentária, conforme observa-se na Tabela 05.

Tabela 05 – Execução Orçamentária

	Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária		Total
2020	R\$ 105.154.439,96	R\$ 97.886.470,55	1,07
2021	R\$ 115.233.571,95	R\$ 102.689.204,88	1,12
2022	R\$ 132.592.585,77	R\$ 132.810.231,54	1,00
2023	R\$ 147.736.367,74	R\$ 146.569.260,25	1,01

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos resultados, pode-se observar que os anos de 2020 e 2021 apresentaram índices superiores a 1, indicando superávits orçamentários. Isso sugere que as receitas orçamentárias foram suficientes para cobrir as despesas previstas e, proporcionaram uma margem adicional, o que é um sinal positivo de saúde financeira. Em 2022 mostra um equilíbrio exato entre receita e despesa orçamentária. E, em 2023 indica um pequeno superávit orçamentário.

Dando continuidade, analisou-se o indicador Financeiro Real da Execução Orçamentária, que apresenta os seguintes valores conforme Tabela 06.

Tabela 06 – Financeiro Real da Execução Orçamentária

	Receita Orçamentária / Despesa Orçamentária Paga		Total
2020	R\$ 105.154.439,96	R\$ 91.928.763,49	1,14
2021	R\$ 115.233.571,95	R\$ 94.258.598,94	1,22
2022	R\$ 132.592.585,77	R\$ 123.306.350,59	1,08
2023	R\$ 147.736.367,74	R\$ 134.957.850,93	1,09

Fonte: Elaborado pela autora

Ao considerar as variáveis analisadas, pode-se observar que apresentou um desempenho positivo ao longo dos quatro anos, sempre acima de 1, o que significa que as receitas superaram as despesas em todos os períodos analisados.

Prosseguindo com os indicadores, analisou-se o indicador de Execução Orçamentária Corrente, conforme apresentado na Tabela 07.

Tabela 07 – Execução Orçamentária Corrente

Receita Corrente / Despesa Corrente			Total
2020	R\$ 101.736.099,27	R\$ 89.597.215,94	1,14
2021	R\$ 112.060.445,28	R\$ 90.035.672,88	1,24
2022	R\$ 126.704.755,56	R\$ 109.684.575,48	1,16
2023	R\$ 144.385.766,22	R\$ 127.740.965,61	1,13

Fonte: Elaborado pela autora

Os valores indicam que o mesmo se manteve acima de 1 em todos os exercícios, ou seja, as receitas correntes sempre superaram as despesas correntes. Isso é um sinal positivo de que o ente público não está incorrendo em déficits correntes.

Em sequência, analisou-se o indicador de Execução Orçamentária de Capital, conforme apresentado na Tabela 08.

Tabela 08 – Execução Orçamentária de Capital

Receita de Capital / Despesa de Capital			Total
2020	R\$ 3.418.351,17	R\$ 2.331.547,55	1,47
2021	R\$ 3.176.762,47	R\$ 4.222.926,06	0,75
2022	R\$ 5.887.830,21	R\$ 13.621.775,13	0,43
2023	R\$ 3.350.601,52	R\$ 7.216.885,32	0,46

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos resultados, pode-se observar que no ano de 2020 foi o único em que as receitas de capital superaram as despesas de capital, indicando uma gestão equilibrada e financeiramente sustentável nesta categoria. E a partir de 2021, observa-se uma deterioração significativa do indicador, que continuou a diminuir nos anos seguintes. Esses sugerem que o ente público não está conseguindo gerar receitas de capital suficientes para acompanhar o crescimento das despesas de capital.

Em seguida, procedeu-se à análise do indicador de Execução Extra Orçamentária, conforme detalhado na Tabela 09.

Tabela 09 – Execução Extra Orçamentária

Receita Extra Orçamentária / Despesa Extra Orçamentária			Total
2020	R\$ 21.165.490,80	R\$ 22.089.320,89	0,96
2021	R\$ 23.531.322,24	R\$ 18.496.797,11	1,27
2022	R\$ 26.689.565,48	R\$ 23.889.183,74	1,12
2023	R\$ 30.289.832,51	R\$ 27.743.136,21	1,09

Fonte: Elaborado pela autora

Prosseguindo com a análise, observa-se que em 2020, houve um déficit nas receitas extra orçamentárias em relação às despesas, ressaltando a importância de ajustes para evitar futuras compensações ou desequilíbrios financeiros. Em 2021, revela um forte superávit, sugerindo uma significativa melhoria nos fluxos de caixa extra orçamentários. Nos anos

subsequentes, 2022 e 2023, o indicador aponta uma tendência de queda, nas margens superavitárias, indicando possível estabilização das receitas e despesas extra orçamentárias.

Avançando nas análises, o indicador de Resultado da Execução Financeira é detalhado conforme dados apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 – Resultado da Execução Financeira

	Receita Orçamentária + Receita Extra Orçamentária / Despesa Orçamentária + Despesa Extra Orçamentária				Total
2020	R\$ 105.154.439,96	R\$ 21.165.490,80	R\$ 97.886.470,55	R\$ 22.089.320,89	1,05
2021	R\$ 115.233.571,95	R\$ 23.531.322,24	R\$ 102.689.204,88	R\$ 18.496.797,11	1,15
2022	R\$ 132.592.585,77	R\$ 26.689.565,48	R\$ 132.810.231,54	R\$ 23.889.183,74	1,02
2023	R\$ 147.736.367,74	R\$ 30.289.832,51	R\$ 146.569.260,25	R\$ 27.743.136,21	1,02

Fonte: Elaborado pela autora

Os valores indicam que há um bom reflexo na relação entre receitas e despesas, mostrando que, nos anos analisados, a receita foi suficiente para cobrir as despesas, mas com variações que indicam uma necessidade de monitoramento contínuo para manter o equilíbrio orçamentário.

Dando continuidade, analisou-se o índice de Resultado dos Saldos Financeiros, conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11 – Resultado dos Saldos Financeiros

	Saldo que Passa para o Exercício Seguinte / Saldo do Exercício Anterior		Total
2020	R\$ 15.747.857,05	R\$ 10.819.176,08	1,46
2021	R\$ 31.989.713,22	R\$ 15.747.857,05	2,03
2022	R\$ 32.990.322,61	R\$ 31.989.713,22	1,03
2023	R\$ 34.934.542,95	R\$ 32.990.322,61	1,06

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos resultados, pode-se observar que o mesmo reflete uma tendência geral de aumento nos saldos que passam para o exercício seguinte, embora com uma desaceleração no ritmo de crescimento nos últimos dois anos. Ressalva-se que valor maior que 1 indica que o saldo que passa para o exercício seguinte é maior que o saldo do exercício anterior, sugerindo um crescimento do saldo ao longo do tempo

4.2.3 Índices do Balanço Patrimonial

A próxima etapa apresenta-se os índices aplicáveis ao Balanço Patrimonial. No que se refere ao indicador da Situação Financeira, os resultados são apresentados na Tabela 12.

Tabela 12 – Situação Financeira

	Ativo Financeiro / Passivo Financeiro		Total
2020	R\$ 15.755.780,77	R\$ 6.443.588,19	2,45
2021	R\$ 31.996.416,78	R\$ 9.881.489,29	3,24
2022	R\$ 32.995.947,49	R\$ 11.305.379,77	2,92
2023	R\$ 34.935.708,18	R\$ 12.620.480,91	2,77

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando-se os dados, pode-se observar que houve uma sólida capacidade para cobrir as obrigações financeiras com os ativos. Em todos os anos analisados, o índice indica

que os ativos são substancialmente superiores ao passivo, o que demonstra uma posição financeira robusta e uma boa saúde financeira.

Em seguida, procedeu-se à análise do indicador da Situação Permanente, conforme detalhado na Tabela 13.

Tabela 13 – Situação Permanente

Ativo Permanente/Passivo Permanente			Total
2020	R\$ 143.405.768,17	R\$ 9.973.297,50	14,38
2021	R\$ 153.499.469,27	R\$ 10.699.774,86	14,35
2022	R\$ 170.433.490,36	R\$ 7.494.188,80	22,74
2023	R\$ 169.308.069,07	R\$ 123.583.030,55	1,37

Fonte: Elaborado pela autora

Os valores indicam que nos anos de 2020 e 2021 houve uma forte capacidade de financiar seus ativos permanentes com seus passivos, o que é indicativo de uma estrutura de capital robusta. No ano de 2022, sugere-se uma situação excepcionalmente positiva, com uma relevante margem de cobertura dos ativos permanentes pelos passivos. E, o ano de 2023 sinalizou uma mudança significativa na estrutura financeira, ocorrida pelo registro da obrigação com o IPRAM - Instituto de Previdência e Assistência Municipal, acarretando no aumento do passivo permanente.

Dando continuidade, analisou-se o índice de Resultado Patrimonial, conforme apresentado na Tabela 14.

Tabela 14 – Resultado Patrimonial

Soma do Ativo Real / Soma do Passivo Real			Total
2020	R\$ 159.161.548,94	R\$ 16.416.885,69	9,69
2021	R\$ 185.495.886,05	R\$ 20.581.264,15	9,01
2022	R\$ 203.429.437,85	R\$ 18.799.568,57	10,82
2023	R\$ 204.243.777,25	R\$ 136.203.511,46	1,50

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos resultados, pode-se observar que nos anos de 2020 a 2022 apresenta-se uma capacidade positiva de cobrir as obrigações com ativos reais, indicando uma situação financeira saudável e uma forte posição para enfrentar suas responsabilidades. E, em 2023 houve uma queda no indicador na qual sugere uma deterioração significativa da posição financeira, conforme o registro da obrigação com o IPRAM - Instituto de Previdência e Assistência Municipal.

4.2.4 Índices da Análise Vertical

A próxima etapa apresenta-se os índices aplicáveis na Análise Vertical. No que se refere a este indicador, os resultados encontrados no período de 2020 são apresentados na Tabela 15.

Tabela 15 – Análise Vertical do ano de 2020

(continua)

Contas	2020	
Ativo	R\$ 159.161.548,94	
Ativo Circulante	R\$ 17.936.160,56	11,27

		(conclusão)
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 15.244.626,07	9,58
Créditos a Curto Prazo	R\$ 2.242.729,42	1,41
Estoques	R\$ 448.805,07	0,28
Ativo Não Circulante	R\$ 141.225.388,38	88,73
Realizável a Longo Prazo	R\$ 2.418.752,93	1,52
Investimentos	R\$ 0,00	-
Imobilizado	R\$ 138.806.635,45	87,21
Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 159.161.548,94	
Passivo Circulante	R\$ 7.440.534,07	4,67
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assis. a Pagar a Curto	R\$ 6.228.475,67	3,91
Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo	R\$ 173.274,36	0,11
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 34.323,40	0,02
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 0,00	-
Obrigações de Repartições a Outros Entes	R\$ 0,00	-
Provisões a Curto Prazo	R\$ 641.827,13	0,40
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 362.633,51	0,23
Passivo Não-Circulante	R\$ 2.929.720,34	1,84
Obrigações Trabalhistas	R\$ 429.720,34	0,27
Empréstimos e Financiamento a Longo Prazo	R\$ 2.500.000,00	1,57
Provisões a Longo Prazo	R\$ 0,00	-
Patrimônio Líquido	R\$ 148.791.294,53	93,48
Resultados Acumulados	R\$ 148.791.294,53	93,48

Fonte: Elaborado pela autora

Os valores analisados, indicam que a maior parte do Ativo está concentrada no Ativo Não Circulante (88,73%), com destaque para o Imobilizado, que sozinho representa 87,21% do total, sugerindo que houve grande quantidade de recursos aplicados em ativos de longo prazo. Isso justifica-se pela necessidade de ter os bens públicos para a devida prestação de serviços a sociedade.

O Passivo Circulante corresponde a apenas 4,67% do total, indicando que houve uma pressão de curto prazo relativamente baixa para honrar suas obrigações, com destaque para as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo que sozinha, representa 3,91% deste montante. Quanto ao Passivo Não Circulante, pode-se observar que o mesmo representa 1,84% do montante. O Patrimônio Líquido representa 93,48% do total do Passivo e Patrimônio Líquido, o que reflete uma base sólida de capital por recursos acumulados.

Dando continuidade ao estudo, analisou-se os índices aplicáveis a Análise Vertical encontrados do ano de 2021, conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Análise Vertical do ano de 2021

Ativo	R\$ 185.495.886,05	
Ativo Circulante	R\$ 34.478.786,37	18,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 31.766.299,62	17,13
Créditos a Curto Prazo	R\$ 1.959.057,40	1,06
Estoques	R\$ 753.429,31	0,41
Ativo Não Circulante	R\$ 151.017.099,68	81,41
Realizável a Longo Prazo	R\$ 4.714.093,35	2,54
Investimentos	R\$ 0,00	-
Imobilizado	R\$ 146.303.006,33	78,87
Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 185.495.886,05	
Passivo Circulante	R\$ 9.015.049,65	4,86
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assis. a Pagar a Curto	R\$ 6.713.654,94	3,62
Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo	R\$ 813,16	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 565.255,96	0,30
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 102.127,92	0,06
Obrigações de Repartições a Outros Entes	R\$ 0,00	-
Provisões a Curto Prazo	R\$ 641.827,13	0,35
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 991.370,54	0,53
Passivo Não-Circulante	R\$ 3.343.479,63	1,80
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assis. a Pagar a Longo	R\$ 429.720,34	0,23
Empréstimos e Financiamento a Longo Prazo	R\$ 2.913.759,29	1,57
Provisões a Longo Prazo	R\$ 0,00	-
Patrimônio Líquido	R\$ 173.137.356,77	93,34
Resultados Acumulados	R\$ 173.137.356,77	93,34

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos resultados, pode-se observar que o Ativo Não Circulante constitui 81,41% do total, com o Imobilizado representando 78,87%, seguindo a preponderância desta conta, em comparabilidade com o exercício anterior. O Ativo Circulante corresponde a 18,59% do total, com a maior parte desse valor concentrada em Caixa e Equivalentes de Caixa (17,13%). O Passivo Circulante representa apenas 4,86% do total, valor aproximado ao ano anterior, com a maior parte concentrada em Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (3,62%). O Patrimônio Líquido, constituindo 93,34% do total, é um indicativo de que a gestão é capitalizada com recursos próprios, isso indica uma redução na dependência de financiamento de terceiros e contribui para uma maior solidez financeira. Pode-se observar a que os valores encontrados neste período são relativos ao ano anterior, com poucas mudanças.

Dando sequência, analisou-se os índices aplicáveis a Análise Vertical encontrados do ano de 2022, conforme Tabela 17.

Tabela 17 – Análise Vertical do ano de 2022

Ativo	R\$ 203.429.437,85	
Ativo Circulante	R\$ 35.101.665,35	17,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 32.747.700,99	16,10
Créditos a Curto Prazo	R\$ 1.402.694,21	0,69
Estoques	R\$ 951.270,15	0,47
Ativo Não Circulante	R\$ 168.327.772,50	82,75
Realizável a Longo Prazo	R\$ 16.353.195,81	8,04
Investimentos	R\$ 50.026,65	0,02
Imobilizado	R\$ 151.924.550,04	74,68
Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 203.429.437,85	
Passivo Circulante	R\$ 8.943.227,15	4,40
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assis. a Pagar a Curto	R\$ 7.067.522,70	3,47
Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo	R\$ 0,00	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 601.475,75	0,30
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 122.162,16	0,06
Obrigações de Repartições a Outros Entes	R\$ 0,00	-
Provisões a Curto Prazo	R\$ 0,00	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 1.152.066,54	0,57
Passivo Não-Circulante	R\$ 429.720,34	0,21
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assis. a Pagar a Longo	R\$ 429.720,34	0,21
Empréstimos e Financiamento a Longo Prazo	R\$ 0,00	-
Provisões a Longo Prazo	R\$ 0,00	-
Patrimônio Líquido	R\$ 194.056.490,36	95,39
Resultados Acumulados	R\$ 194.056.490,36	95,39

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando-se os dados, pode-se observar, que a maior parte dos ativos está concentrada no Ativo Não Circulante (82,75%), com destaque para o Imobilizado, que representa 74,68% do total. O Ativo Circulante constitui 17,25% do total, com uma significativa proporção em Caixa e Equivalentes de Caixa (16,10%). Isso indica que houve um bom nível de liquidez imediata, capaz de cobrir as obrigações de curto prazo sem dificuldades. O Passivo Circulante representa apenas 4,40% do total, com a maior parte das obrigações de curto prazo sendo de natureza trabalhista e previdenciária (3,47%). O baixo nível de passivos circulantes sugere que houve baixa pressão financeira imediata. E, com apenas 0,21% do total, o Passivo Não Circulante é mínimo, refletindo mínima dívida de longo prazo. O Patrimônio Líquido, indica uma estrutura de capital fortemente baseada em recursos próprios. A alta proporção de capital próprio em relação ao passivo sugere que a mesma está bem capitalizada, com baixa alavancagem financeira, o que pode proporcionar maior estabilidade em períodos de adversidade econômica.

Em seguida, procedeu-se à análise do indicador da Análise Vertical do ano de 2023, conforme detalhado na Tabela 18.

Tabela 18 – Análise Vertical do ano de 2023

Ativo	R\$ 204.243.777,25	
Ativo Circulante	R\$ 36.148.696,38	17,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 34.375.275,85	16,83
Créditos a Curto Prazo	R\$ 679.521,88	0,33
Estoques	R\$ 1.093.898,65	0,54
Ativo Não Circulante	R\$ 168.095.080,87	82,30
Realizável a Longo Prazo	R\$ 5.960.637,61	2,92
Investimentos	R\$ 186.630,89	0,09
Imobilizado	R\$ 161.947.812,37	79,29
Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 204.243.777,25	
Passivo Circulante	R\$ 9.715.112,75	4,76
Obrigações Trabalhistas, Previ. e Assis. a Pagar a Curto	R\$ 8.027.382,60	3,93
Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo	R\$ 0,00	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 677.355,72	0,33
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 164.787,40	0,08
Obrigações de Repartições a Outros Entes	R\$ 0,00	-
Provisões a Curto Prazo	R\$ 0,00	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 845.587,03	0,41
Passivo Não-Circulante	R\$ 115.555.647,95	56,58
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assis. a Pagar a Longo	R\$ 429.720,34	0,21
Empréstimos e Financiamento a Longo Prazo	R\$ 0,00	-
Provisões a Longo Prazo	R\$ 115.125.927,61	56,37
Patrimônio Líquido	R\$ 78.973.016,55	38,67
Resultados Acumulados	R\$ 78.973.016,55	38,67

Fonte: Elaborado pela autora

Os valores analisados, indicam que o Ativo Não Circulante continua a ser a maior parte dos ativos (82,30%), com destaque para o Imobilizado, que representa 79,29% do total. O Ativo Circulante é responsável por 17,70% do total, com maior parte deste valor em Caixa e Equivalentes de Caixa (16,83%). O Passivo Circulante representa 4,76% do total, com a maior parte das obrigações de curto prazo. O Passivo Não Circulante é elevado (56,58%), sendo composto majoritariamente por Provisões a Longo Prazo (56,37%), que representam o registro do valor da dívida com o IPRAM - Instituto de Previdência e Assistência Municipal. Já o Patrimônio Líquido corresponde a 38,67%, uma redução significativa em relação ao balanço anterior. Pode-se destacar que os resultados apresentam uma estrutura financeira com fortes investimentos em longo prazo e alta liquidez imediata. No entanto, o aumento do Passivo Não Circulante e a redução do Patrimônio Líquido podem indicar a necessidade de uma revisão estratégica para garantir a sustentabilidade financeira.

Conclusa a análise vertical, na seção seguinte apresentam-se os indicadores de análise horizontal.

4.2.5 Índices da Análise Horizontal

No que se refere a este indicador, os resultados encontrados do ano de 2020 são apresentados na Tabela 19.

Tabela 19 – Análise Horizontal do ano de 2020

	2019	2020	
Ativo	R\$ 149.914.599,79	R\$ 159.161.548,94	0,06
Ativo Circulante	R\$ 13.474.215,37	R\$ 17.936.160,56	0,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 10.616.861,86	R\$ 15.244.626,07	0,44
Créditos a Curto Prazo	R\$ 2.408.548,44	R\$ 2.242.729,42	-0,07
Estoques	R\$ 448.805,07	R\$ 448.805,07	0,00
Ativo Não Circulante	R\$ 136.440.384,42	R\$ 141.225.388,30	0,04
Realizável a Longo Prazo	R\$ 3.016.062,59	R\$ 2.418.752,93	-0,20
Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Imobilizado	R\$ 133.424.321,83	R\$ 138.806.635,45	0,04
Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 149.914.599,79	R\$ 159.161.548,94	0,06
Passivo Circulante	R\$ 7.957.703,56	R\$ 7.440.534,07	-0,06
Obrigações Trabalhistas Pagar Curto	R\$ 6.142.445,70	R\$ 6.228.475,67	0,01
Empréstimos e Financiamento a CP	R\$ 10.863,02	R\$ 173.274,36	14,95
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	R\$ 644.136,02	R\$ 34.323,40	-0,95
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 94.209,64	R\$ 0,00	-1,00
Obrigações de Repartições Outros Entes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	R\$ 642.207,56	R\$ 641.827,13	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 423.841,62	R\$ 362.633,51	-0,14
Passivo Não-Circulante	R\$ 545.502,91	R\$ 2.929.720,34	4,37
Obrigações Trabalhistas Pagar Longo	R\$ 545.502,91	R\$ 429.720,34	-0,21
Empréstimos e Financiamento a LP	R\$ 0,00	R\$ 2.500.000,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Patrimônio Líquido	R\$ 141.411.393,32	R\$ 148.791.294,53	0,05
Resultados Acumulados	R\$ 141.411.393,32	R\$ 148.791.294,53	0,05

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando-se os dados, observa-se que o Ativo Total aumentou levemente, impulsionado principalmente pelo crescimento no Ativo Circulante, em especial pela elevação do Caixa e Equivalentes de Caixa. O Realizável a Longo Prazo apresentou uma queda significativa, o que pode indicar a uma reavaliação dos ativos de longo prazo. O Passivo Circulante apresentou uma leve redução, com destaque para o aumento significativo nos Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, o que pode indicar um maior endividamento. No Passivo Não Circulante, houve um aumento considerável, possivelmente decorrente de novos compromissos financeiros de longo prazo. O Patrimônio Líquido teve um crescimento modesto, indicando uma leve valorização dos resultados acumulados.

Em seguida, procedeu-se à análise do indicador da Análise Horizontal do ano de 2021, conforme detalhado na Tabela 20.

Tabela 20 – Análise Horizontal do ano de 2021

	2020	2021	
Ativo	R\$ 159.161.548,94	R\$ 185.495.886,05	0,17
Ativo Circulante	R\$ 17.936.160,56	R\$ 34.478.786,37	0,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 15.244.626,07	R\$ 31.766.299,62	1,08
Créditos a Curto Prazo	R\$ 2.242.729,42	R\$ 1.959.057,40	-0,13
Estoques	R\$ 448.805,07	R\$ 753.429,31	0,68
Ativo Não Circulante	R\$ 141.225.388,30	R\$ 151.017.099,68	0,07
Realizável a Longo Prazo	R\$ 2.418.752,93	R\$ 4.714.093,35	0,95
Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Imobilizado	R\$ 138.806.635,45	R\$ 146.303.006,33	0,05
Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 159.161.548,94	R\$ 185.495.886,05	0,17
Passivo Circulante	R\$ 7.440.534,07	R\$ 9.015.049,65	0,21
Obrigações Trabalhistas Pagar Curto	R\$ 6.228.475,67	R\$ 6.713.654,94	0,08
Empréstimos e Financiamento a CP	R\$ 173.274,36	R\$ 813,16	-1,00
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	R\$ 34.323,40	R\$ 565.255,96	15,47
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 0,00	R\$ 102.127,92	0,00
Obrigações de Repartições Outros Entes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	R\$ 641.827,13	R\$ 641.827,13	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 362.633,51	R\$ 991.370,54	1,73
Passivo Não-Circulante	R\$ 2.929.720,34	R\$ 3.343.479,63	0,14
Obrigações Trabalhistas Pagar Longo	R\$ 429.720,34	R\$ 429.720,34	0,00
Empréstimos e Financiamento a LP	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.913.759,29	0,17
Provisões a Longo Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Patrimônio Líquido	R\$ 148.791.294,53	R\$ 173.137.356,77	0,16
Resultados Acumulados	R\$ 148.791.294,53	R\$ 173.137.356,77	0,16

Fonte: Elaborado pela autora

Prosseguindo com análise, pode-se observar que houve um crescimento no Ativo Total em relação ao período anterior, impulsionado principalmente pelo aumento no Ativo Circulante, devido ao crescimento significativo no Caixa e Equivalentes de Caixa. Estoques cresceram expressivamente, possivelmente indicando uma expectativa de aumento na demanda. Já o Ativo Não Circulante cresceu modestamente, refletindo investimentos contínuos, mas em um ritmo moderado, com destaque no Imobilizado. O Passivo Total cresceu ligeiramente, com destaque para o aumento nas Provisões a Longo Prazo e nas Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias a Pagar a Longo Prazo, sugerindo que pode estar preparando-se para obrigações futuras. O Patrimônio Líquido aumentou, sinalizando um fortalecimento da posição financeira, possivelmente devido a superávits financeiros.

Dando continuidade, analisou-se a Análise Horizontal do ano de 2022, conforme detalhado na Tabela 21.

Tabela 21 – Análise Horizontal do ano de 2022

	2021	2022	
Ativo	R\$ 185.495.886,05	R\$ 203.429.437,85	0,10
Ativo Circulante	R\$ 34.478.786,37	R\$ 35.101.665,35	0,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 31.766.299,62	R\$ 32.747.700,99	0,03
Créditos a Curto Prazo	R\$ 1.959.057,40	R\$ 1.402.694,21	-0,28
Estoques	R\$ 753.429,31	R\$ 951.270,15	0,26
Ativo Não Circulante	R\$ 151.017.099,68	R\$ 168.327.772,50	0,11
Realizável a Longo Prazo	R\$ 4.714.093,35	R\$ 16.353.195,81	2,47
Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 50.026,65	0,00
Imobilizado	R\$ 146.303.006,33	R\$ 151.924.550,04	0,04
Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 185.495.886,05	R\$ 203.429.437,85	0,10
Passivo Circulante	R\$ 9.015.049,65	R\$ 8.943.227,15	-0,01
Obrigações Trabalhistas Pagar Curto	R\$ 6.713.654,94	R\$ 7.067.522,70	0,05
Empréstimos e Financiamento a CP	R\$ 813,16	R\$ 0,00	-1,00
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	R\$ 565.255,96	R\$ 601.475,75	0,06
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 102.127,92	R\$ 122.162,16	0,20
Obrigações de Repartições Outros Entes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	R\$ 641.827,13	R\$ 0,00	-1,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 991.370,54	R\$ 1.152.066,54	0,16
Passivo Não-Circulante	R\$ 3.343.479,63	R\$ 429.720,34	-0,87
Obrigações Trabalhistas Pagar Longo	R\$ 429.720,34	R\$ 429.720,34	0,00
Empréstimos e Financiamento a LP	R\$ 2.913.759,29	R\$ 0,00	-1,00
Provisões a Longo Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Patrimônio Líquido	R\$ 173.137.356,77	R\$ 194.056.490,36	0,12
Resultados Acumulados	R\$ 173.137.356,77	R\$ 194.056.490,36	0,12

Fonte: Elaborado pela autora

Os valores indicam que o Ativo Total permaneceu a crescer, em um ritmo moderado. O Ativo Circulante teve um pequeno aumento, com crescimento nas contas de Estoques e Caixa e Equivalentes de Caixa, sugerindo um equilíbrio entre a liquidez e a acumulação de estoque. Os Créditos a Curto Prazo caíram acentuadamente, indicando que o ente buscou alternativas para receber valores para a gestão. Por tal motivo, o Ativo Não Circulante apresentou um aumento significativo. Já o Passivo Total mostrou um leve aumento, com uma grande queda no Passivo Não Circulante, possivelmente indicando o pagamento de dívidas. E, o Patrimônio Líquido aumentou, continuando a fortalecer a posição patrimonial.

Em sequência, analisou-se a Análise Horizontal do ano de 2023, conforme detalhado na Tabela 22.

Tabela 22 – Análise Horizontal do ano de 2023

	2022	2023	
Ativo	R\$ 203.429.437,85	R\$ 204.243.777,25	0,00
Ativo Circulante	R\$ 35.101.665,35	R\$ 36.148.696,38	0,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 32.747.700,99	R\$ 34.375.275,85	0,05
Créditos a Curto Prazo	R\$ 1.402.694,21	R\$ 679.521,88	-0,52
Estoques	R\$ 951.270,15	R\$ 1.093.898,65	0,15
Ativo Não Circulante	R\$ 168.327.772,50	R\$ 168.095.080,87	0,00
Realizável a Longo Prazo	R\$ 16.353.195,81	R\$ 5.960.637,61	-0,64
Investimentos	R\$ 50.026,65	R\$ 186.630,89	2,73
Imobilizado	R\$ 151.924.550,04	R\$ 161.947.812,37	0,07
Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 203.429.437,85	R\$ 204.243.777,25	0,00
Passivo Circulante	R\$ 8.943.227,15	R\$ 9.715.112,75	0,09
Obrigações Trabalhistas Pagar Curto	R\$ 7.067.522,70	R\$ 8.027.382,60	0,14
Empréstimos e Financiamento a CP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	R\$ 601.475,75	R\$ 677.355,72	0,13
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 122.162,16	R\$ 164.787,40	0,35
Obrigações de Repartições Outros Entes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 1.152.066,54	R\$ 845.587,03	-0,27
Passivo Não-Circulante	R\$ 429.720,34	R\$ 115.555.647,95	267,91
Obrigações Trabalhistas Pagar Longo	R\$ 429.720,34	R\$ 429.720,34	0,00
Empréstimos e Financiamento a LP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	R\$ 0,00	R\$ 115.125.927,61	0,00
Patrimônio Líquido	R\$ 194.056.490,36	R\$ 78.973.016,55	-0,59
Resultados Acumulados	R\$ 194.056.490,36	R\$ 78.973.016,55	-0,59

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando-se os dados, pode-se observar que o Ativo Total permaneceu estagnado em relação ao ano anterior, com o seu Ativo Circulante crescendo levemente, sendo impulsionado pelo aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa. Os Créditos a Curto Prazo continuaram a diminuir drasticamente. O Ativo Não Circulante ficou praticamente inalterado, tendo um aumento em Imobilizado, indicando a manutenção dos investimentos em ativos fixos, apesar da estagnação geral dos ativos. O Passivo Total aumentou significativamente, com a impulsão principalmente no Passivo Não Circulante. E, o Patrimônio Líquido baixou drasticamente, indicando que sofreu perdas significativas.

4.2.6 Índices de Liquidez e Endividamento

A próxima etapa apresenta os índices de Liquidez e Endividamento. No que se refere ao indicador de Liquidez Imediata, os resultados são apresentados na Tabela 23.

Tabela 23 – Liquidez Imediata

Disponibilidade / Passivo Circulante			Total
2020	R\$ 15.244.626,07	R\$ 7.440.534,07	2,05
2021	R\$ 31.766.299,62	R\$ 9.015.049,65	3,52
2022	R\$ 32.747.700,99	R\$ 8.943.227,15	3,66
2023	R\$ 34.375.275,85	R\$ 9.715.112,75	3,54

Fonte: Elaborado pela autora

Ao considerar as variáveis analisadas, pode-se observar que ao longo dos períodos há uma evolução positiva na capacidade do ente público de lidar com suas dívidas de curto prazo, usando apenas as disponibilidades. Esses resultados podem demonstrar uma gestão financeira prudente e eficaz. Mesmo com a leve queda em 2023, a liquidez imediata permanece em um nível satisfatório, conforme transcrito no referencial teórico, garantindo segurança contra potenciais dificuldades financeiras.

Dando continuidade, analisou-se o indicador de Liquidez Geral, conforme elaborado na Tabela 24.

Tabela 24 – Liquidez Geral

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo					Total
2020	R\$ 17.936.160,56	R\$ 2.418.752,93	R\$ 7.440.534,07	R\$ 2.929.720,34	1,96
2021	R\$ 34.478.786,37	R\$ 4.714.093,35	R\$ 9.015.049,65	R\$ 3.343.479,63	3,17
2022	R\$ 35.101.665,35	R\$ 16.353.195,81	R\$ 8.943.227,15	R\$ 429.720,34	5,49
2023	R\$ 36.148.696,38	R\$ 5.960.637,61	R\$ 9.715.112,75	R\$ 115.555.647,95	0,34

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos valores mencionados, pode-se observar que a análise indica uma boa capacidade de cobertura de suas obrigações até o ano 2022, com uma queda significativa no período de 2023. A situação ocorreu pelo registro da obrigação com o IPRAM acarretando no aumento significativo das obrigações a longo prazo sem um correspondente aumento nos ativos realizáveis.

Em seguida, analisou-se o Índice de Liquidez Corrente, conforme demonstrado na Tabela 25.

Tabela 25 – Liquidez Corrente

Ativo Circulante / Passivo Circulante			Total
2020	R\$ 17.936.160,56	R\$ 7.440.534,07	2,41
2021	R\$ 34.478.786,37	R\$ 9.015.049,65	3,82
2022	R\$ 35.101.665,35	R\$ 8.943.227,15	3,92
2023	R\$ 36.148.696,38	R\$ 9.715.112,75	3,72

Fonte: Elaborado pela autora

Ao considerar as variáveis analisadas, pode-se observar que a mesma se manteve com valores superiores a 2 em todos os períodos analisados. Sendo uma posição financeira forte ao longo dos anos, ou seja, houve uma boa capacidade para cobrir suas dívidas de curto prazo com seus ativos circulantes.

Prosseguindo com os indicadores, analisou-se o indicador de Liquidez Seca, conforme apresentado na Tabela 26.

Tabela 26 – Liquidez Seca

Ativo Circulante – Estoques / Passivo Circulante				Total
2020	R\$ 17.936.160,56	R\$ 448.805,07	R\$ 7.440.534,07	2,35
2021	R\$ 34.478.786,37	R\$ 753.429,31	R\$ 9.015.049,65	3,74
2022	R\$ 35.101.665,35	R\$ 951.270,15	R\$ 8.943.227,15	3,82
2023	R\$ 36.148.696,38	R\$ 1.093.898,65	R\$ 9.715.112,75	3,61

Fonte: Elaborado pela autora

Os valores analisados indicam que ao longo dos períodos abordados, manteve-se uma posição financeira robusta, excluindo-se os estoques. Com índices acima de 2, mostrando que houve uma boa capacidade para enfrentar suas obrigações de curto prazo apenas com ativos líquidos.

Em seguida, analisou-se o indicador do Grau de Endividamento, conforme apresentado na Tabela 27.

Tabela 27 – Grau de Endividamento

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo / Patrimônio Líquido				Total
2020	R\$ 7.440.534,07	R\$ 2.929.720,34	R\$ 148.791.294,53	0,07
2021	R\$ 9.015.049,65	R\$ 3.343.479,63	R\$ 173.137.356,77	0,07
2022	R\$ 8.943.227,15	R\$ 429.720,34	R\$ 194.056.490,36	0,05
2023	R\$ 9.715.112,75	R\$ 115.555.647,95	R\$ 78.973.016,55	1,59

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos valores encontrados, pode-se observar que o indicador revela uma baixa alavancagem financeira até o ano de 2022, com um aumento significativo em 2023. A elevação substancial se explica pelo registro da rubrica com o IPRAM, que aumentou as dívidas. Esse aumento pode representar um risco potencial, pois uma alta proporção de endividamento em relação ao patrimônio líquido pode afetar a capacidade de gerenciar suas obrigações e pode indicar uma possível vulnerabilidade financeira.

Dando continuidade ao estudo, analisou-se o índice de Composição de Endividamento que apresenta os seguintes valores, conforme Tabela 28.

Tabela 28 – Composição de Endividamento

Passivo Circulante / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo				Total
2020	R\$ 7.440.534,07	R\$ 7.440.534,07	R\$ 2.929.720,34	0,72
2021	R\$ 9.015.049,65	R\$ 9.015.049,65	R\$ 3.343.479,63	0,73
2022	R\$ 8.943.227,15	R\$ 8.943.227,15	R\$ 429.720,34	0,95
2023	R\$ 9.715.112,75	R\$ 9.715.112,75	R\$ 115.555.647,95	0,08

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando-se os dados, pode-se observar que houve uma manutenção nos indicadores dos períodos de 2020 e 2021, sendo que o valor do Passivo Circulante em relação ao Passivo Total foi relativamente alto, indicando que uma parte da dívida era de curto prazo. Em 2022, esse índice aumentou consideravelmente, sugerindo que a maior parte da dívida era de curto prazo, comparado ao total da dívida. E, em 2023, houve uma mudança relevante na composição de endividamento, caindo para 0,08. Isso indica que a maior parte da dívida é de longo prazo, sugerindo uma reestruturação significativa da dívida ou uma

mudança na estrutura de financiamento.

Em sequência, analisou-se o indicador de Imobilização do Patrimônio Líquido, conforme se observa na Tabela 29.

Tabela 29 – Imobilização do Patrimônio Líquido

Ativo Permanente / Patrimônio Líquido x 100			Total
2020	R\$ 143.405.768,17	R\$ 148.791.294,53	96,38
2021	R\$ 153.499.469,27	R\$ 173.137.356,77	88,66
2022	R\$ 170.433.490,36	R\$ 194.056.490,36	87,83
2023	R\$ 169.308.069,07	R\$ 78.973.016,55	214,39

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos valores encontrados, observa-se que a imobilização do Patrimônio Líquido mostra uma tendência de diminuição, dos anos de 2020 a 2022. Isso indica que, ao longo desses anos, uma menor proporção do Patrimônio Líquido estava investida em Ativo Permanente, o que pode sugerir uma gestão mais eficiente dos recursos ou uma mudança na estrutura dos investimentos. Já em 2023, em virtude da dívida registrada com o IPRAM, já mencionada, houve uma redução na rubrica do Patrimônio Líquido, alterando de forma significativa o resultado do indicador. Porém, pode-se notar que os valores de Ativo Permanente se mantiveram, sendo assim, pode-se concluir que tal registro da obrigação impactou nos montantes, distorcendo o resultado do indicador.

Prosseguindo com o estudo, analisou-se o indicador de Imobilização dos Recursos não Correntes, conforme se observa na Tabela 30.

Tabela 30 – Imobilização dos Recursos não Correntes

Ativo Permanente / Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo x 100				Total
2020	R\$ 143.405.768,17	R\$ 148.791.294,53	R\$ 2.929.720,34	94,52
2021	R\$ 153.499.469,27	R\$ 173.137.356,77	R\$ 3.343.479,63	86,98
2022	R\$ 170.433.490,36	R\$ 194.056.490,36	R\$ 429.720,34	87,63
2023	R\$ 169.308.069,07	R\$ 78.973.016,55	R\$ 115.555.647,95	87,04

Fonte: Elaborado pela autora

Prosseguindo com a análise, observa-se que a imobilização dos recursos não correntes mostra uma leve diminuição durante os períodos de 2020 a 2022. Essa diminuição indica que, ao longo desses anos, a proporção de recursos alocados em ativos permanentes em relação ao total de Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo foi reduzida. Podendo refletir uma estratégia de menor imobilização ou maior flexibilidade financeira. E, em 2023, o índice permanece relativamente estável, apesar da grande mudança na composição do Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo, a imobilização dos recursos não correntes não sofreu variação significativa, indicando que a estrutura de financiamento e investimentos em ativos permanentes se manteve consistente.

4.3 Considerações Finais do Estudo

Ao longo deste estudo, obteve-se a análise da evolução dos indicadores financeiros e econômicos do Município de Nova Prata/RS. Na avaliação consideraram-se os dados dos exercícios de 2020 a 2023, permitindo uma compreensão mais aprofundada da eficiência e eficácia da gestão pública municipal no período englobado. Assim, apresentam-se as considerações finais deste estudo por grupo de análises dos indicadores abordados:

- Indicadores do Balanço Orçamentário: os mesmos indicam que o ente público

manteve um bom desempenho, com destaque para a capacidade de execução da receita, que consistentemente superou as provisões em todos os períodos analisados. Esse resultado é indicativo de uma gestão eficaz na arrecadação e otimização das receitas, refletindo em planejamento e execução financeira sólidos.

- Indicadores do Balanço Financeiro: os dados indicam que a gestão financeira do ente público possui um desempenho eficiente, resultando em indicadores positivos. Pode-se apurar a suficiência na capacidade de gerar receita para cobrir as despesas executadas, com índices sólidos. A eficiência na execução financeira é destacada pelos índices elevados no financeiro real e na execução orçamentária corrente.

- Indicadores do Balanço Patrimonial: os mesmos indicam que o ente público apresentou uma performance robusta, com uma sólida situação patrimonial ao longo dos períodos. Os índices elevados indicam uma ampla capacidade de cobrir, com ativos financeiros, as obrigações financeiras refletindo, assim, uma boa saúde patrimonial. Pode-se observar, também, o alto índice de imobilização dos bens e direitos do ente, que se justifica pela característica da amostra analisada que, é de prestar serviços públicos para com a sociedade.

- Análise Vertical e Horizontal: estas indicam que a gestão do ente público conseguiu realizar progressos significativos em termos de liquidez e estrutura de ativos ao longo dos períodos analisados.

Vale destacar que o montante das obrigações de curto e longo prazo não são significativos, tendo em vista que representam 39,55 % do total do Passivo, ratificando as afirmativas anteriores que denotam a eficiência do ente público.

- Indicadores de Liquidez: com base nos resultados, pode-se afirmar que o ente possui uma gestão eficiente que permitiu ao mesmo ter capacidade de cumprir com as obrigações. Isso pode se afirmar com base no % médio de 12,78 % deste indicador.

- Indicadores de Endividamento: pode-se concluir que a gestão foi adequada nos períodos abordados, com baixos níveis de endividamento e uma composição equilibrada entre passivos de curto e longo prazo.

Conclusa as considerações finais do estudo, na seção seguinte apresentam-se as conclusões.

5. Conclusão

A análise de desempenho econômico e financeiro no setor público é essencial para ratificar a eficiência na administração dos recursos públicos e a sustentabilidade das finanças municipais. Este estudo se concentrou na avaliação das contas públicas de Nova Prata/RS, utilizando indicadores financeiros e econômicos para observar a eficácia da administração municipal no período de 2020 a 2023, compreendendo duas gestões. A partir dessa análise, foi possível identificar as forças e fraquezas da gestão financeira local, oferecendo uma visão detalhada sobre a capacidade do município de atender às necessidades da população e promover o desenvolvimento sustentável.

O objetivo do estudo foi alcançado ao avaliar o desempenho do ente público através da análise dos indicadores financeiros e econômicos propostos, conforme pode-se observar no capítulo 4. Além disso, os resultados obtidos confirmam que a abordagem metodológica adotada foi eficaz para avaliar o desempenho econômico e financeiro da administração pública de Nova Prata.

A investigação evidenciou que os indicadores utilizados proporcionaram uma compreensão precisa da eficácia da gestão pública municipal. Também, pode-se comprovar que o município teve um desempenho eficiente, conforme pode-se observar na análise dos indicadores de liquidez corrente, liquidez seca, relação entre as despesas e receitas, resultado final, endividamento e a sua capacidade de investimentos, que demonstram um equilíbrio

fiscal sólido e uma gestão eficaz dos recursos.

Esses achados fornecem uma base sólida para futuras análises e podem orientar estratégias para aprimorar ainda mais a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos.

Reitera-se que este estudo analisou o desempenho econômico e financeiro do Município de Nova Prata no período de 2020 a 2023, ou seja, os resultados obtidos não podem ser generalizados, tendo em vista a amostra do estudo e o período selecionado.

Sugere-se, para fins de futuros estudos, que se analise outros municípios de porte similar, para fins de comparabilidade de resultados, a fim de identificar variações e semelhanças na gestão financeira e no desempenho econômico entre localidades com características similares. Ainda, recomenda-se a continuidade do estudo no município amostra de pesquisa, ao longo dos próximos períodos administrativos, para avaliar se as mudanças nas políticas e estratégias de gestão podem impactar no desempenho econômico e financeiro. Esse acompanhamento longitudinal permitirá uma análise mais aprofundada da evolução das práticas administrativas e, poderá oferecer dados valiosos para a formulação de políticas públicas cada vez mais eficazes.

Referências

ALINE, Alves. **Contabilidade Pública Avançada**. Porto Alegre: Sagah, 2017. 223 p.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595020153/pageid/1>. Acesso em: 05 maio 2024.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETTO, Pedro Humberto Teixeira. **O Essencial da Contabilidade Pública**. São Paulo: Saraiva Educação, 2009. 90 p.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública da Teoria a Prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 416 p.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Conselho Federal de Contabilidade**.

Disponível em: [https://www.gov.br/participamaisbrasil/conselho-federal-de-](https://www.gov.br/participamaisbrasil/conselho-federal-de-contabilidade#:~:text=O%20Conselho%20Federal%20de%20Contabilidade,personalidade%20jur%C3%ADdica%20de%20direito%20p%C3%ABlico)

[contabilidade#:~:text=O%20Conselho%20Federal%20de%20Contabilidade,personalidade%20jur%C3%ADdica%20de%20direito%20p%C3%ABlico](https://www.gov.br/participamaisbrasil/conselho-federal-de-contabilidade#:~:text=O%20Conselho%20Federal%20de%20Contabilidade,personalidade%20jur%C3%ADdica%20de%20direito%20p%C3%ABlico). Acesso em: 28 abr. 2024.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP**. 9. ed. Brasília, DF: STN, 2021 Disponível em:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em: 28 abr. 2024.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 1964.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm. Acesso em: 05 maio 24

_____. **Norma Brasileira de Contabilidade T 16.1 A 16.11**: Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCTs T 16.1 a 16.11. Brasília, 2012. 51 p.

Disponível em:

http://rebacc.crcrj.org.br:8080/bitstream/123456789/2482/1/Codigo_15174.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Burocracia Pública e Estado No Brasil**. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº. 11, setembro/outubro/novembro, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4294808/mod_resource/content/1/Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf. Acesso em: 05 maio 2024

COELHO, Daniela Miguel; QUINTANA, Alexandre Costa. **Análise do Desempenho Econômico e Financeiro de Entidades da Administração Pública Direta: o caso da Prefeitura Municipal do Rio Grande (RS)**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-15, ago. 2008. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/623/619>. Acesso em: 28 abr. 2024.

CONTABILIDADE, Conselho Federal de. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade: auditoria e perícia/**. 3. ed. Brasília: Cfc, 2008. 456 p. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/0_livro_auditoria-e-pericia.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

DINIZ, Natalia. **Análise das Demonstrações Financeiras**. Rio de Janeiro: Seses, 2015. 176 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4277771/mod_resource/content/1/Livro_An%C3%A1lise%20dos%20Relat%C3%B3rios%20Financeiros.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024

GARRISON, Ray H.; NORREN, Eric W.; BREWER, Peter C.. **Contabilidade Gerencial**. 14. ed. São Paulo: Amgh, 2013. 751 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=42M3AgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 05 maio 2024.

GOMES, Fredson Ferreira. **A Evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público: uma abordagem sobre as transformações e o crescimento da importância da contabilidade pública federal**. 2016. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Gestão Pública, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2869/1/Fredson%20Ferreira%20Gomes.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial - Da Teoria à Prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 372 p. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024197/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]/4/18/10/3:9\[tul%20Co.\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024197/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]/4/18/10/3:9[tul%20Co.]). Acesso em: 05 maio 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 187 p. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597008821/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4\]/4/38](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597008821/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4]/4/38). Acesso em: 05 maio 2024.

PALUDO, Augustinho V. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: teoria e mais de 500 questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 496 p. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gKOoQghSLzYC&oi=fnd&pg=PP1&dq=administra%C3%A7%C3%A3o+p%C3%BAblica+direta+e+indireta&ots=jLSo5bdtVg&sig=6DYroM6xLjYj1ZVML12s_bB99fw#v=onepage&q=administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20direta%20e%20indireta&f=false. Acesso em: 28 abr. 2024.

PALUDO, Augustinho V; OLIVEIRA, Antonio G. **Governança Organizacional Pública e Planejamento Estratégico para Órgãos e Entidades Públicas**. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. 184 p.

MUNICÍPIO DE NOVA PRATA. Disponível em: <https://www.novaprata.rs.gov.br/>. Acesso em: 28 agosto 2024.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis Estrutura e Análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 135 p. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502109575/epubcfi/6/6\[%3Bvnd.vst.idref%3DCopyright\]!/4/110/1:63\[leg%2Cre\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502109575/epubcfi/6/6[%3Bvnd.vst.idref%3DCopyright]!/4/110/1:63[leg%2Cre]). Acesso em: 05 maio 2024.

RIOS, Ricardo Pereira; MARION, José Carlos. **Contabilidade avançada: de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 418 p. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024876/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/44/1:79\[%20%5E\(N%2CBC%5E\)\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024876/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/44/1:79[%20%5E(N%2CBC%5E)]). Acesso em: 05 maio 2024.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 281 p. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012897/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/18/4/1:144\[201%2C9.\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012897/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/18/4/1:144[201%2C9.]). Acesso em: 05 maio 2024.

STIGLITZ, Joseph E.. **Economics Of The Public Sector**. 3. ed. Nova York: W.W Norton e Company, 1986. 822 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5663433/mod_resource/content/1/Stiglitz-Economics-of-the-Public-Sector%281%29.pdf. Acesso em: 05 maio 2024.

TEIXEIRA, Fabiane Machado. **Análise do Desempenho Econômico-Financeiro do Município de Sapucaia do Sul no período de 2015-2018**. 2019. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/201924/001105833.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 maio 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:23:::NO::>. Acesso em: 27 junho 2024.